

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.197 - SP (2018/0271471-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **MEDITERRANEO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS**  
LTDA  
**ADVOGADO** : **RUDINEY LUIZ DE SOUZA FILHO - SP217193**  
**RECORRIDO** : **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**  
**PROCURADOR** : **FLÁVIA ADRIANE BETTI GRASSO E OUTRO(S) - SP215769**  
**INTERES.** : **ANTONIO NATALE DEL POZZO**  
**INTERES.** : **NILZA GASPAROTTO DEL POZZO**  
**INTERES.** : **NELSON LOPES DA FONTE**  
**INTERES.** : **ABIGAIL RODRIGUES LOPES DA FONTE**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CDA. INDICAÇÃO ERRÔNEA DO DEVEDOR. SUBSTITUIÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO PARA INCLUIR O ATUAL ADQUIRENTE DO IMÓVEL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 392/STJ. RECURSO PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

Agravo de instrumento. Execução fiscal. Imposto territorial urbano. Exercícios de 2000, 2001 e 2003. Taxa de conservação de vias e logradouros públicos. Exercícios de 2000 e 2001. Indeferimento de pedido de inclusão da compromissária compradora no polo passivo do feito. Contrato particular de compra e venda celebrado em 1996. Transferência do domínio do bem não informada ao Fisco. Descumprimento de obrigação acessória. Transferência da posse. Sujeição passiva da adquirente do imóvel. Inteligência dos artigos 34, 121, parágrafo único, I, e 113, § 2º, todos do Código Tributário Nacional. Concessão de prazo para substituir o título executivo. Aplicação do artigo 2º, § 8º, da Lei 6.830/80. Recurso provido.

Taxa de conservação de vias e logradouros públicos. Exercícios de 2000 e 2001. Descabimento da respectiva cobrança. Serviço que beneficia toda a comunidade, não um contribuinte individualmente considerado. Inteligência dos artigos 145 da Constituição Federal e 77 e 79 do Código Tributário Nacional. Matéria de ordem pública. Possibilidade de reconhecimento da inconstitucionalidade "ex officio".

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente alega violação aos arts. 2º, § 8º, da Lei nº 6.830/80, 142 e 202 do CTN, asseverando que: a) "houve alienação do imóvel antes do fato gerador, e o recorrido acionou quem não era mais proprietário do imóvel", sendo que "não houve

lançamento do tributo contra a recorrente" (fl. 135); b) "não se aplica o redirecionamento da execução fiscal, haja vista que a alienação do bem ocorreu antes do fato gerador" (fl. 135); e c) "não se trata de emenda ou substituição da CDA, mas sim alteração do sujeito passivo da ação, sem o devido lançamento fiscal" (fl. 139), sendo de rigor a aplicação da orientação contida na Súmula 392/STJ.

Invoca, ainda, divergência jurisprudencial.

Não houve apresentação de contrarrazões.

O recurso foi admitido pela decisão de fls. 182/183.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Extrai-se do acórdão recorrido que houve a transferência de domínio de bem imóvel "a Mediterrâneo Empreendimentos Imobiliários e Construções Limitada [*ora recorrente*], por instrumento particular de venda e compra, em 4 de setembro de 1996, levado a registro em Cartório em 21 de março de 2001" (fl. 123).

Considerando que o fisco não foi informado acerca dessa transmissão de domínio, a propositura da execução fiscal deu-se em desfavor dos alienantes.

Nesse contexto, o Tribunal de origem reputou imperioso o afastamento da responsabilidade tributária dos alienantes pelos tributos relativos ao imóvel (ao argumento de que, à época dos lançamentos, já não eram possuidores do bem), concluindo que apenas a adquirente (*ora recorrente*) deve arcar com a exação.

Nesses termos, a Corte *a quo* autorizou a Fazenda Pública recorrida a proceder à emenda ou substituição da CDA que lastreia o executivo fiscal, amparando-se no disposto no art. 2º, § 8º, da Lei nº 6.830/80.

Contudo, tal entendimento não se coaduna com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual "a emenda ou substituição da CDA é admitida diante da existência de erro material ou formal, não sendo possível, entretanto, quando os vícios decorrem do próprio lançamento ou da inscrição, especialmente quando voltada à modificação do sujeito passivo do lançamento tributário (Súmula 392 do STJ)" (AgInt no REsp 1629379/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 26/10/2017).

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. RECONHECIMENTO DE NULIDADE DA CDA. SUBSTITUIÇÃO ATÉ A SENTENÇA DA EXECUÇÃO FISCAL. VERIFICAÇÃO DA INTIMAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. "A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução" (Súmula 392/STJ).

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial

(Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1641626/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017)

Dessa forma, merece reforma o acórdão recorrido para reconhecer a ilegitimidade da recorrente para figurar no polo passivo da execução fiscal.

Diante do exposto, com base no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator

